



Petrolina-PE, 03 de Janeiro de 2014

GESTÃO

ISO 9001

2008

MEIO AMBIENTE

ISO 14001

2004

SEGURANÇA E SAÚDE  
OCUPACIONAL

OHSAS 18001

2007

À  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - 3ª SR

Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL

Edifício Sede da 3ª. SR, situado na Rua Presidente Dutra, nº 160 - Centro – Petrolina-PE

Ref.: REFERENTE À RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA Nº. 058/2013

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria Regional de Licitações –  
3ª SR da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF.

Seguem anexos a esta presente carta os seguintes documentos:

♦ RECURSO ADMINISTRATIVO;

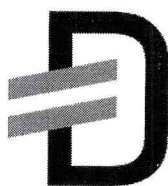
01- 17

CM Construções e Serviços Ltda.  
**Carlos Augusto Cavalcanti Fernandes**  
1.897.906 SSP-PE  
Responsável Legal



RECIBO PELA 3ªSL  
EM 03/01/14 AS 14:14 hs.  
RUBRICA





**DAVID &  
GUERRA**

ADVOCACIA CORPORATIVA

0001

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES - 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

Ref. CONCORRÊNCIA NACIONAL N.º 058/2013, TENDO POR OBJETO EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE TERRA DA ALDEIA DO POÇO DA PEDRA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SALGUEIRO, EM ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, LOCALIZADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.398.247/0001-92, sediada na Av. da Integração, n.º 680, bairro de Gercino Coelho, Petrolina-PE, legítima participante do Certame Licitatório acima referenciado, por seu representante legal, com endereço para intimações na sede da empresa, na forma do seu Contrato Social (doc. 01), diante da decisão que HABILITOU as empresas **CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA EMPREENDIMENTOS LTDA.**, no certame licitatório CN n.º 058/2013, vem, tempestivamente, interpor o presente

## RECURSO ADMINISTRATIVO

conforme lhe faculta o Artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, face aos motivos que adiante passa a expor e ao final requerer:

### I- DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Vice-Presidente

Nos termos do art. 109, inc. 1º, da Lei 8.666/93, o prazo para interpor recurso dos atos da Administração é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, no caso de habilitação.

Vejamos o que dispõe o artigo supracitado:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;  
(...)

Ademais, versa o item 10.1 do Edital do certame o seguinte:

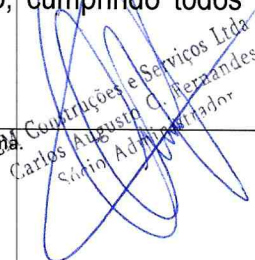
"10.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão".

Na presente hipótese, observa-se que a análise da documentação das licitantes e julgamento de habilitação das empresas **CONSTRUTORA ELO LTDA** (CNPJ/MF 09.370.310/0001-72) e **CTA EMPREENDIMENTOS LTDA**. (CNPJ/MF sob o n.º 08.366.615/0001-48) ocorreu em 26 de dezembro do corrente ano (**Doc. 02**).

Assim, conforme prevê o item 10.1 do instrumento editalício, que iniciará o prazo de 5 (cinco) dias úteis da divulgação da decisão, frise-se, se deu no dia 26 de dezembro de 2013, temos o início da contagem do prazo recursal no dia 27/12/2013, o mesmo encerra-se no 5º dia útil, qual seja, 03/01/2014, em razão do feriado de ano novo (01/01/2014). Logo, como a interposição do presente Recurso se faz dentre desse interstício, conforme comprova o protocolo na primeira página, apresenta-se claramente tempestiva.

## II – DOS FATOS E DO DIREITO

A Recorrente, legítima participante do certame licitatório, na modalidade Concorrência Nacional n.º 058/2013, apresentou no invólucro n.º 01 (um) – Documentação, todos os documentos exigidos pelas regras do certame explicitadas em seu edital de convocação, cumprindo todos os requisitos necessários para sua habilitação.

  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio Administrador



Ocorre que, do RELATÓRIO TÉCNICO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO – FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 058/2013 (PROCESSO Nº 59530.000727/2013-74), constatou-se a D. Comissão Especial de Licitação da Secretaria Regional de Licitações – 3ª SR da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Ministério da Integração Nacional, decidiu, equivocadamente, pela habilitação das licitantes CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA, mesmo tendo deixado essas empresas de apresentar toda a documentação exigida no instrumento convocatório em referência, além de corretamente habilitar a licitante CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. por ter esta última atendido às disposições do edital em concordância com a Lei nº 8.666/93.

Vejamos a decisão ora combatida:

“(…)

#### 1. INTRODUÇÃO:

Tem este documento de julgamento a função de decidir a habilitação para a primeira fase da licitação Edital Nº 058/2013 – 3ª SR, invólucro nº 01.

A sessão pública realizou-se em 19/12/2013, às 15h00 de Brasília, no auditório da Codevasf/3ª SR, localizada à rua Presidente Dutra, nº 160, Centro, Petrolina-PE.

As dúvidas levantadas ao edital foram devidamente esclarecidas, não se registrando contraditórios, e os efeitos da publicação nos canais componentes e prazos ordinários, mediante legislação, foram perfeitos, não havendo obstáculos para com a lisura do curso processual.

O ato de julgar tem que ser claro e objetivo, assim determina a regente, Lei Federal 8.666/93.

Igualmente será o relatório.

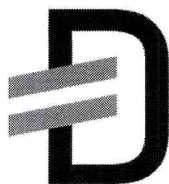
#### 2. HISTÓRICO:

Depois de recebidos os envelopes da documentação à concorrência, foi lavrada, como legalmente previsto e juntada aos autos a Ata de Nº 065, que confirma a presença dos representantes legais de 03 (três) empresas, listadas abaixo:

**CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;  
CONSTRUTORA ELO LTDA-EPP;  
CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA;**

As peças processuais foram visadas pela mesa julgadora, e posta à apreciação das licitantes, para assinaturas, tendo sido feitos apontamentos quanto à natureza dos documentos ali conhecidos, no teor da ata. A **CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** alegou que as

CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio Administrador



**DAVID &  
GUERRA**

ADVOCACIA CORPORATIVA

0004

Especificações Técnicas pede que seja apresentado a relação de equipamentos no ato da licitação, de acordo com o item 2, letra i, e pediu a inabilitação de suas concorrentes. Que ouvido a 3ª AJ parecer fls 779 a 780 do supracitado processo a mesma **conclui pela possibilidade jurídica da participação das três empresas que apresentaram documentação.**

Os documentos retidos para o julgamento, ficando todos os participantes cientes da sua posterior divulgação.

### **3. ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS:**

A análise e o julgamento foram feitos sob os ditames da Lei 8.666/93, com estrita vinculação da administração ao edital como publicado.

Os critérios analíticos do julgamento são transparentes e igualitários, desprezando-se excesso de formalidade, com vistas a substanciar a ampliação da competitividade e por fim realizar o mais justo julgamento até a seleção da melhor e mais vantajosa proposta, como preconizam a lei de licitações e o edital.

O conteúdo da documentação foi confrontado com as diretrizes do ato convocatório, para ratificação e formatação de juízo e todas as licitantes foram habilitadas.

### **4. CONCLUSÃO FINAL:**

A Comissão Técnica de Julgamento, mediante análise e julgamento da documentação, decide pela habilitação das empresas enunciadas abaixo, por terem atendido às disposições do edital e em concordância com a Lei 8.666/93, quanto às qualificações: jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira:

#### **RELAÇÃO DAS EMPRESAS HABILITADAS:**

**CM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;  
CONSTRUTORA ELO LTDA-EPP;  
CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA;**

Petrolina-PE, 26 de dezembro de 2013.

**JOSÉ NOVAES DINIZ CARVALHO- Presidente.**

**ANA CAROLINA SPÍNOLA BOTELHO DE PAULA- Membro.**

**MARIA HELENA AURÉLIO DE LIMA- Membro."**

Tal decisão não merece prosperar, visto que a  
Comissão Especial de Licitação habilitou as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e

CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio Administrador



CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA que deixaram de apresentar itens exigidos pelo edital, devendo estas, serem consideradas inabilitadas a participar da concorrência em questão. Senão vejamos:

Com tal decisão, ora desafiada, a D. Comissão Especial de Licitação cometeu ilegalidades, já que não aplicou os princípios que regem o processo licitatório, tornando-o nulo, ferindo também o disposto no art. 3º, da Lei 8.666/93, quando dispõe que:

*"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

O fato é que não poderia a Comissão Licitante habilitar a CONSTRUTORA ELO LTDA e a CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, haja vista que ambas deixaram de cumprir com as exigências do edital, sobretudo no que se refere o item 2, letra "i" do Anexo III – Especificações Técnicas de Serviços.

Erroneamente, a Comissão de Licitação do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA NACIONAL n.º 058/2013 decidiu pela HABILITAÇÃO das empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e da CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, deixando de observar que as referidas empresas não cumpriram com as exigências do edital em referência, não encontrando amparo na legislação e jurisprudência pertinentes.

Afinal, o próprio item 5.6. do Edital prevê que: "A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante **examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos e que a encontrou correta.** Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, logo implicando na aceitação plena de suas condições." (grifos nossos).

Imprescindível também a análise da transcrição a seguir disposta, a qual está prevista no item 5.4. do edital em comento:

*"5.4. Os pedidos de esclarecimentos como também apresentação de impugnação do Edital sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data estabelecida para a abertura das propostas. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas."*

  
CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto Guimarães  
Sócio Administrador

Assim sendo, ao passo que as licitantes CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA apresentaram suas respectivas propostas, presume-se claramente, sobretudo pelo disposto nos itens 5.4. e 5.6., que estas concorrentes aceitaram, tacitamente, as disposições previstas em edital, uma vez que não apresentaram qualquer impugnação ou questionamento às disposições editalícias. Afinal, dispõe, ainda, o item 5.2. do edital que as licitantes deverão estudar **minuciosa e cuidadosamente a documentação**, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.

Demais disso, imperioso trazer à baila que da análise da documentação da licitante CONSTRUTORA ELO LTDA, verifica-se que esta, além de ter deixado de cumprir com a exigência do item 2, alínea i, do Anexo III, também apresentou Alvará de Licença desatualizado e Certidão Negativa de Débitos Municipais vencida, deixando, portanto, de cumprir com a exigência prevista no item 6.5.2, alínea "c" do Edital em referência, o qual exige a comprovação de regularidade fiscal das participantes com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com validade em vigor.

De acordo com o que a própria lei de licitação apresenta (art. 3º), são básicos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação do instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Sendo assim, a Vinculação ao Edital, que é o procedimento formal, não pode ser confundida com o excesso de rigorismo criado pelos agentes públicos. O interesse público deve preponderar no julgamento da licitação, pelo que fica vedada, na prática desse ato, qualquer dose de discricionariedade.

E é neste sentido que têm se posicionado nossos Tribunais Superiores. Vejamos, pois, o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça:

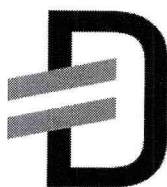
MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. **A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.**

2. **O ato coator foi desproporcional e desarrazoado**, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

  
CM Construção e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio Administrador





**DAVID &  
GUERRA**

ADVOCACIA CORPORATIVA

0007

3. Segurança concedida.

(MS 5.869/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11.09.2002, DJ 07.10.2002 p. 163)

**ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - FORMALIDADES: CONSEQÜÊNCIAS**

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato.

2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente.

3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança.

4. Recurso provido.

(RMS 15.530/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 14.10.2003, DJ 01.12.2003 p. 294)

A usurpação do poder de discricionariedade por parte da Administração Pública gera a nulidade dos seus atos, caracterizando meio indireto de restrição à participação, vale dizer, indevida restrição ao direito de licitar. Ferindo diretamente os Princípios norteadores da Licitação.

Com esta decisão a D. Comissão, além de causar prejuízo irreparável à Recorrente, também traz prejuízo para a "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA", face estar deixando totalmente de aplicar o disposto no parágrafo primeiro, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/93, que diz:

***"Art 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes correlatos.***

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

***I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para específico objeto do contrato.***

Ora, ao habilitar as empresas licitantes CONSTRUTORA ELO LTDA e a CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA, a Comissão de Licitação mais uma vez cometeu erro em seu julgamento, posto que as empresas

CTA Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio Administrador



mencionadas não cumpriram com as exigências do instrumento convocatório, tornando-as inaptas a continuar no certame. Passaremos a expor tais motivos, e ao final, restará claramente demonstrada a necessidade de reforma da decisão ora combatida, no sentido de INABILITAR as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENDEMENTOS LTDA.

O fato é que não poderia a Comissão Licitante habilitar a CONSTRUTORA ELO LTDA e a CTA-EMPREENDEMENTOS LTDA, haja vista que ambas deixaram de cumprir com as exigências do edital, sobretudo no que se refere o item 2, letra "i" do Anexo III – Especificações Técnicas de Serviços, o qual prevê o seguinte:

**"2. CONDIÇÕES GERAIS.**

(...)

- i. No ato da licitação a Licitante deverá declarar que disponibilizará aos empreendimentos, no mínimo os seguintes equipamentos:

02 (duas) Escavadeiras Hidráulicas;  
02 (dois) Tratores de Esteiras com potência mínima de 90 HP, provido de escarificadores completos e lâminas de corte;  
03 (três) caminhões Pipa de 10.000 litros;  
01 (uma) Motoniveladora;  
02 (dois) Rolos Compactadores vibratórios;  
02 (dois) Tratores Agrícolas com grade de discos;  
01 (uma) betoneira;  
06 (seis) Caminhões Caçamba de 10 e 6 m³;  
01 (um) veículo de apoio.

Todos os equipamentos deveram esta em perfeito estado de operação, para que seja cumprido o prazo de execução previsto."

Além do mais, o Edital expressamente exige que no ato da licitação, deverá ser declarado que o licitante disponibilizará aos empreendimentos, no mínimo os itens supratranscritos, devendo, portanto, ser apresentada a relação de equipamentos no ato da licitação, o que de fato, deixou de ser apresentado pelas licitantes CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENDEMENTOS LTDA., causando prejuízo para a Administração Pública uma vez que não se sabe se as licitantes que deixaram de apresentar a relação de equipamentos terão disponibilidade de equipamentos solicitada, porquanto, não apresentaram a relação de equipamentos mínimo necessários, a qual deve ser comprovada no momento da apresentação da documentação na fase de habilitação.

Outrossim, ressalte-se que o item 24.4, das condições gerais do Edital Nº 058/2013, determina que a contratada não poderá invocar alterações de cláusulas contratuais por desconhecimento de dificuldades inerentes à

execução dos serviços, objeto daquele Edital – Termos de Referência, Especificações Técnicas e anexos.

Na mesma linha o item 24.21 do Edital, o qual esclarece que, o referido edital, seus termos de referência, especificações técnicas e demais anexos serão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições. Assim, observe-se trechos do modelo do “Termo da Proposta”:

“Tendo examinado os Documentos de Licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para contratação de empresa de engenharia para execução das obras e serviços relativos à construção da barragem de terra da Aldeia do Poço da Pedra, na zona rural do Município de Salgueiro, em área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no Estado de Pernambuco, em conformidade com **as especificações, constantes do Edital nº \_\_\_\_/2013** pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (.....), conforme planilha de preços em anexo, que faz parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e **conforme Especificações Técnicas**, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, concederemos garantia em valor não inferior a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para sua realização.

(...)

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em causa.

Declaramos, ainda mais, nossa **plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos** e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços.(...)”

Atente-se também ao disposto no item 1 (objetivo) do anexo V (Especificações Técnicas) do Edital, que determinas que as especificações técnicas têm por objetivo estabelecer as condições mínimas necessárias para realização dos serviços e obras de construção de barragens de terra, conforme as descrições dos Termos de Referência, e os quantitativos presentes na Planilha Orçamentária.

Diante disso, verifica-se de maneira cristalina que equivocadamente, a Comissão de Licitação do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA NACIONAL n.º 058/2013 decidiu pela HABILITAÇÃO das empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA, haja vista que a Douta Comissão deixou de observar que estas concorrentes não cumpriram com as exigências do edital em referência, não encontrando amparo na legislação e jurisprudência pertinentes.



Ademais, mister salientar que da análise da documentação da licitante CONSTRUTORA ELO LTDA, verifica-se de maneira cristalina, que esta empresa, além de ter deixado de cumprir com a exigência do item 2, alínea i, do Anexo III, também apresentou Alvará de Licença desatualizado e Certidão Negativa de Débitos Municipais vencida, deixando, portanto, de cumprir com a exigência prevista no item 6.5.2, alínea "c" do Edital em referência, o qual prevê e exige a comprovação de regularidade fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com validade em vigor. Senão vejamos:

**"6.5.2. Regularidade Fiscal**

(...)

- c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei.** A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser acompanhada da Certidão quanto à Dívida Ativa da União, **com validade em vigor;**"

Ora, as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, deixaram de apresentar a documentação supramencionada, as quais são cruciais para a habilitação das empresas licitantes, visto que de acordo com o edital, item 8.4.1, só serão habilitadas as empresas que atenderem as condições estabelecidas no item 6.6. do referido Edital.

Desta forma, conforme a exigência do Edital para declarar a licitante habilitada é necessário a apresentação tanto da declaração de disponibilidade de equipamentos solicitada nas especificações técnicas, como o Alvará de Licença atualizado e a Certidão Negativa de Débitos Municipais, necessária à comprovação da regularidade para com a Fazenda Municipal com validade em vigor, conforme exigência prevista no item 6.5.2, alínea "c" do Edital em comento.

Diante disso, incorre para a inabilitação das licitantes CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, a ausência de apresentação de documentos exigidos no Edital, o que já configura violação de procedimento formal, ou seja, a desvinculação ao edital.

Nesse sentido, imperiosa a inabilitação das empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, por terem deixado de atender às exigências do edital do certame licitatório em comento, por malferimento às regras do edital.

Ademais, para espanto da Recorrente, além de participarem livremente do certame, as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, mesmo desobedecendo a regras claras do edital, foram habilitadas, mesmo tendo sido alertado pela Recorrente à Comissão de Licitação, no

momento da Reunião para Recebimento da documentação e da Proposta Financeira para o Edital Concorrência nº 058/2013, que as referidas licitantes não atenderam às exigências editalícias.

Tais fatos ensejam a necessidade de reconsideração da decisão que julgou habilitada as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, por parte da Autoridade Licitante, de acordo com as razões ora dispostas.

A Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, "caput", da CF).

Além dos princípios gerais que decorrem das normas hierarquicamente superiores invocadas, a licitação deve observar a princípios particulares e próprios, descritos no artigo 3º, da Lei 8.666/93, como a probidade, a igualdade, a publicidade, a impessoalidade, **vinculação ao instrumento convocatório**, prevendo que "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração...".

Não pode, portanto, uma empresa que não cumpriu com as exigências ser declarada HABILITADA no presente Certame, sob pena de malferimento aos artigos 3º e 41, da Lei nº 8.666/93.

Pede-se vênia para colacionar o disposto no artigo 41 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93, que reza:

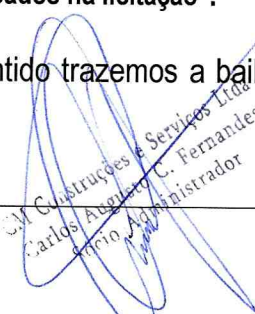
**Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Nos dizeres de Marçal Justen Filho "**O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula aos seus termos.**" A vinculação da Administração Pública ao Edital é restrita.

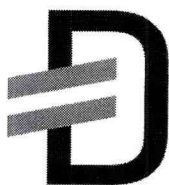
A propósito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, clássica é afirmativa do prof. Hely Lopes Meirelles:

**"O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação".**

Neste sentido trazemos a baila o posicionamento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

  
CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Gerente Administrativo





ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PARTICIPANTES. PRESSUPOSTOS DE SUA MUTABILIDADE. INOBSERVÂNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO.

**Vinculada, que está, a Administração, ao Edital - que constitui lei entre as partes - não poderá dele desbordar-se para, em pleno curso do procedimento licitatório, instituir novas exigências aos licitantes e que não constaram originariamente da convocação.**

Estabelecido, em cláusula do Edital, que as empresas recém-criadas ficaram dispensadas (como prova de qualificação técnica) da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, era defeso, à Administração, mediante simples aviso interno, criar novas obrigações aos licitantes, inobservando o procedimento consignado na lei.

É lícito, à Administração, introduzir alterações no Edital, devendo, em tal caso, renovar a publicação do Aviso por prazo igual ao original, sob pena de frustrar a garantia da publicidade e o princípio formal da vinculação ao procedimento.

A exigência da publicidade plena (do processo licitatório) não preclui pela inexistência de reclamação dos licitantes, na fase administrativa e não impede que a corrigenda se faça na esfera jurisdicional, porquanto, segundo mandamento constitucional, nenhuma lesão de direito poderá ficar sem a apreciação do Judiciário.

Não é irregular, para fins de habilitação em processo de licitação, o balanço que contém a assinatura do contador, ao qual a lei comete atribuições para produzir e firmar documento de tal natureza, como técnico especializado.

Segurança concedida. Decisão indiscrepante.

(MS 5.601/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 06.11.1998, DJ 14.12.1998 p. 81)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ALTERAÇÃO DO EDITAL NO CURSO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EM DESOBEEDIÊNCIA AOS DITAMES DA LEI. CORREÇÃO POR MEIO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

**O princípio da vinculação ao "instrumento convocatório" norteia a atividade do Administrador, no procedimento licitatório, que constitui ato administrativo formal e se erige em freios e contrapesos aos poderes da autoridade julgadora.**

O devido processo legal se traduz (no procedimento da licitação) na obediência à ordenação e à sucessão das fases procedimentais consignadas na lei e do edital de convocação, sendo este inalterável através de mera comunicação interna aos licitantes (art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93).

**Desde que iniciado o procedimento do certame, a alteração do Edital, com reflexo nas propostas já apresentadas, exige a divulgação pela mesma forma que se deu ao texto original, determinando-se a publicação (do Edital) pelo mesmo prazo inicialmente estabelecido.**

**O aviso interno, como meio de publicidade às alterações subseqüentes ao instrumento de convocação, desatende à legislação de regência e gera aos participantes o direito subjetivo a ser protegido pelo mandado de segurança.**

(MS 5.755/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09.09.1998, DJ 03.11.1998 p. 6)

CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio-Administrador

Nesse toar, em havendo exigência no Edital nº 058/2013 para que sejam apresentadas a declaração de equipamentos solicitada nas especificações técnicas, item 2, letra "i", do Anexo III, do Edital, as quais deixaram de ser apresentadas pelas empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA. Deixou também de apresentar o Alvará de Licença atualizado além da Certidão Negativa de débitos Municipais válida a empresa CONSTRUTORA ELO LTDA, em flagrante desobediência ao item 6.5.2, alínea "c" do Edital.

Portanto, as empresas Licitantes, anteriormente mencionadas, claramente deixaram de cumprir as regras do edital, de modo que as referidas empresas devem ser INABILITADAS do certame licitatório, porquanto deixaram de cumprir com as exigências previstas no edital.

Ante o exposto, observa-se claramente que a Mui Digna Comissão de Julgamento incorreu em equívoco, ao HABILITAR no certame as empresas CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA, posto que deixou de verificar que as licitantes supra citadas não apresentaram documentação exigida e vinculada ao edital em referência.

Urge salientar ainda que, ao entender de forma diversa, a Douta Comissão ultraja os limites da legalidade e principalmente da vinculação ao instrumento convocatório, a que deve se pautar o Administrador Público, posto que não é demais repetir, as licitantes habilitadas não cumpriram com as exigências do Edital.

Sendo assim, a Vinculação ao Edital, que é o procedimento formal, não pode ser deixada de lado pelos agentes públicos. O interesse público deve preponderar no julgamento da licitação, pelo que fica vedada, na prática desse ato, qualquer dose de discricionariedade.

Vejamos, pois, o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça:

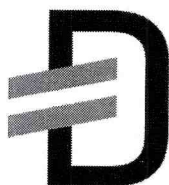
ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 28, III, E 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. HABILITAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA. ATENDIMENTO DA FINALIDADE LEGAL. DOUTRINA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO. 28III418.666

1. A Lei 8.666/93 exige, para a demonstração da habilitação jurídica de sociedade empresária, a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (art. 28, III). 8.666

2. A recorrida apresentou o contrato social original e certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, devidamente autenticada, contendo todos os elementos necessários à análise de sua idoneidade jurídica (nome

CAI Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto L. Fernandes  
Super Administrador





empresarial, data do arquivamento do ato constitutivo e do início das atividades, objeto social detalhado, capital social integralizado e administradores).

3. Inexiste violação da lei ou do instrumento convocatório, porquanto a recorrida demonstrou sua capacidade jurídica e atendeu, satisfatoriamente, à finalidade da regra positivada no art. 28, III, da Lei 8.666/93.

**4. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41)...**

5. Recurso especial desprovido. 28III8.6668.666418.6663º (797170 MT 2005/0188019-2, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 17/10/2006, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 07/11/2006 p. 252RSTJ vol. 206 p. 160) – grifos nossos

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - DECADÊNCIA - **COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS E COM O VALOR GLOBAL.**

1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma - ROMS 10.847/MA).

**2. A licitação da modalidade menor preço compatibiliza-se com a exigência de preços unitários em sintonia com o valor global - arts. 40, 44, 45 e 48 da Lei 8.666/93.**

**3. Previsão legal de segurança para a Administração quanto à especificação dos preços unitários, que devem ser exeqüíveis com os valores de mercado, tendo como limite o valor global.**

4. Recurso improvido.

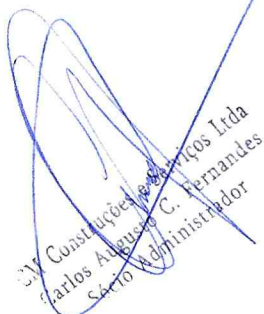
(RMS 15.051/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2002, DJ 18/11/2002, p. 166)

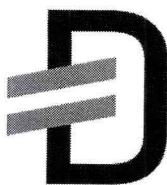
Neste mesmo sentido se posicionaram os tribunais federais e estaduais:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS. DESCLASSIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. ART. 3º DA LEI Nº 8.666/93. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ESTRITA OBSERVÂNCIA. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. A licitação é um procedimento formal, regulamentado por normas de caráter objetivo, às quais o administrador público deve vincular-se, sob pena de nulidade do procedimento licitatório.

**2. Cabia aos participantes cumprirem rigorosamente os ditames do Edital, de sorte que "...deveriam apresentar, para cada planilha que**

  
317 Constituição e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Sócio-Administrador



compõe o lote licitado, a composição de custos, especificando todos os preços unitários, inclusive os itens cotados por verba, sob pena de desclassificação do certame".

3. Os elementos colacionados aos autos são hábeis a demonstrar a subsistência do ato que desclassificou a apelante no julgamento das propostas. Ao decidir de outra forma, pela declaração de vencedora da Impetrante, estaria a Comissão de Licitação afrontando os princípios da isonomia, estatuído na Carta Magna, e da vinculação do instrumento convocatório, previsto na Lei n.º 8.666/93, não podendo o Poder Judiciário, pelos mesmos motivos, dar guarida a essa pretensão.

4. O ato de desclassificação da apelante é legítimo, diante do descumprimento de vários itens do Edital nº 004/2007 da UFPB/PU, não se vislumbrando qualquer irregularidade na conduta adotada pela Comissão de Licitação. 5. Ainda que no julgamento de recurso administrativo tenha sido superada a discussão em relação ao não atendimento do disposto no item 12.9 da planilha orçamentária, quanto ao valor de mão-de-obra igual a zero, o certo é que a apelante descumpriu as exigências contidas em vários outros itens do Edital. 6. Apelação improvida.

(TRF-5 - AC: 451840 PB 000006-88.2008.4.05.8200, Relator: Desembargador Federal Francisco Barros Dias, Data de Julgamento: 02/02/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 25/02/2010 - Página: 392 - Ano: 2010)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA APRESENTADA EM DESCONFORMIDADE COM OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. INEXEQUIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE. AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. MANUTENÇÃO DA INTERLOCUTÓRIA EXARADA NO 1ª GRAU QUE NEGOU REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. IMPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1- Em sede de procedimento licitatório, os comandos definidos no Edital reitor do certame constituem leis entre as partes e devem pautar as ações tanto dos licitantes quanto da Administração Pública, sob pena de ser frontalmente desrespeitado o princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

2- Ainda que a proposta apresentada pela empresa recorrente tenha apresentado o menor preço global do certame, a desatenção quanto aos valores referentes aos preços unitários acarretou a sua desclassificação, atuando a Administração em plena consonância com regra expressa no ato convocatório.

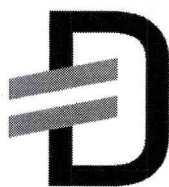
3- Restando desprovida da fumaça do bom direito as alegações da parte agravante, impõe-se a manutenção da interlocutória exarada em 1º grau que indeferiu pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.

4-Agravo de instrumento improvido.

5-Decisão por unanimidade.

CM Construções e Serviços Ltda  
Carlos Augusto C. Fernandes  
Diretor Administrativo





**DAVID &  
GUERRA**

ADVOCACIA CORPORATIVA

0018

(TJ-PE - AG: 172539 PE 226200800021834, Relator: Fernando Cerqueira,  
Data de Julgamento: 17/02/2009, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 46)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA - CONCESSÃO DE LIMINAR PARA FINS DE MANUTENÇÃO DA AGRAVADA NO CERTAME - PEDIDO DE REFORMA - CABIMENTO - DESCUMPRIMENTO DE REGRA EDITALÍCIA VERIFICADO - EDITAL QUE PREVÊ A NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PLANILHAS DE PREÇO UNITÁRIO DE SERVIÇOS E MATERIAIS - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS MESMAS - DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME DEVIDA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - DECISÃO SINGULAR REFORMADA - RECURSO PROVIDO. A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital, a forma e o modo de participação dos licitantes e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento, se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

(TJ-PR 8834482 PR 883448-2 (Acórdão), Relator: Regina Afonso Portes,  
Data de Julgamento: 19/06/2012, 4ª Câmara Cível)

Como dito anteriormente, é preciso que haja observância a princípios particulares e próprios, descritos no artigo 3º da Lei 8.666/93, como a **vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de não o fazendo, acarretar em prejuízo à administração pública.**

Marçal Justen Filho, *in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, p. 642, assim se manifesta:

*"Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. (grifo nosso)"*

Desta forma, persegue a Administração no Procedimento Licitatório a satisfação do interesse público, mediante escolha da proposta mais vantajosa, mas sem deixar de lado a necessária moralidade e o indispensável asseguramento da igualdade entre os participantes, além da vinculação ao instrumento convocatório, a fim de que se evite qualquer dano à administração pública.

É patente, pois, que a habilitação das concorrentes CONSTRUTORA ELO LTDA e CTA-EMPREENDEIMENTOS LTDA, pelos motivos que até então se trata, é eivada de ilegalidade, e com a "PERMISSA VENIA", parece não ter agido a DOUTA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com a maestria que lhe é de costume. A referida decisão não pode prosperar, sob pena de eivar de vício irreversível

todo o processo licitatório. Deste modo, avistados argumentos narrados supra, espera-se que a MUI DIGNA COMISSÃO possa recon siderar a decisão no seu julgamento, decidindo pela **INABILITAÇÃO** das licitantes **CONSTRUTORA ELO LTDA** e **CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA** por terem estas, deixado de cumprir com os termos exigidos no instrumento convocatório.

### III – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a RECORRENTE a essa DOUTA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que reconsidere sua Decisão anterior, deliberando pela **INABILITAÇÃO** das empresas **CONSTRUTORA ELO LTDA** e **CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA**, por terem deixado de cumprir com exigências do ato convocatório, ambos no certame em referência.

Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, seja enviado o presente recurso administrativo à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, e diante da prerrogativa conferida pelo parágrafo 1º do art. 113 da supracitada lei, no sentido de reformar a decisão recorrida para declarar **INABILITADA** as empresas licitantes **CONSTRUTORA ELO LTDA** e **CTA-EMPREENHIMENTOS LTDA**, diante da ausência do cumprimento de exigências compostas no edital do certame, por ser questão de lédima justiça.

Nesses termos,  
Pede deferimento!

Petrolina-PE, 02 de janeiro de 2014.

CM COSNTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.  
Carlos Augusto Cavalcanti Fernandes